

FECUNDIDADE LEGÍTIMA EM LONGA DURAÇÃO. A ESPECIFICIDADE DE COMPORTAMENTOS NO BAIXO MINHO (1680-1980)

Maria Norberta AMORIM

Resumo

Periodizar, para uma determinada zona geográfica, a evolução da fecundidade legítima do Antigo Regime ao período contemporâneo, usando as mesmas fontes e metodologia, parece-nos o melhor ponto de partida para uma melhor compreensão deste complexo comportamento. Desenvolvemos aqui um trabalho sobre duas paróquias do Baixo Minho, onde o efeito do controlo da natalidade só se evidencia a partir da década de 60 do nosso século, contrastando com outra zona já estudada: a do Sul do Pico, nos Açores.

Abstract

Dividing into periods, to a certain geographical zone, the evolution of legitimate fecundity from the ancient regime to the contemporary period using the same sources and methodologies, seems to us the best point of start to a better comprehension of this complex behaviour. We develop here a work about two parishes on the Baixo Minho, where the effect of the birth control is only evident after the 60^s, contrasting with another zone which was already studied, the south of Pico, in Azores.

Résumé

Diviser en périodes de temps, pour une zone géographique déterminée l'évolution de la fécondité légitime de l'ancien régime à l'époque contemporaine, en utilisant les mêmes sources et méthodologies, paraît-être le meilleur point de départ pour une meilleure compréhension de ce comportement complexe. Ce travail est développé sur

deux paroisses du bas Minho, où l'effet du contrôle de natalité ne se distingue qu'à partir des années 60 de ce siècle, en contraste avec une autre zone déjà étudiée, celle du sud du Pic, aux Açores.

A Demografia Histórica nasceu do interesse pelo estudo da fecundidade supostamente «natural», a fecundidade de Antigo Regime, por parte de um demógrafo francês a quem se rende homenagem - Louis Henry. Embora essa possa ser uma razão importante para a escolha deste tema,¹ considero, principalmente, o fenómeno da fecundidade, mais do qualquer outro fenómeno demográfico, no centro das grandes mudanças das sociedades contemporâneas. De facto, muito poucos comportamentos colectivos poderão ter efeitos tão profundos no evoluir da humanidade, tanto nas suas vivências diárias como na alteração do seu destino, como o controlo dos nascimentos. No entanto, enquanto por essa Europa fora os jovens foram há muito cedendo o seu lugar, aqui, no Noroeste de Portugal, a paisagem humana só agora vai perdendo a beleza juvenil, o que atrai naturalmente a atenção e convida à análise.

Assim, o suporte empírico deste trabalho foi desenvolvido sobre duas paróquias do Médio Ave: **Ronfe** (Guimarães) e **Ruivães** (Famalicão) dos finais do século XVI ao início de 1993.

1.^a Parte

Desenvolver um trabalho sobre fecundidade legítima dos finais do século XVI ao momento que vivemos não é um trabalho comum de análise demográfica. Primeiro porque os historiadores demógrafos limitam geralmente o seu campo de observação ao período pré-estatístico, explorando registos vitais já disponíveis nos arquivos públicos, deixando aos demógrafos do contemporâneo o período coberto pelos censos gerais da população. De facto, os historiadores demógrafos exploram geralmente os registos de nascimentos, casamentos e óbitos de pequenas paróquias rurais, no melhor dos casos desde os finais do século XVI a meados do século XIX, identificando os intervenientes nos actos, em processo micro-analítico. Os demó-

1 Texto da lição apresentada em provas de agregação no grupo disciplinar de História Moderna e Contemporânea na Universidade do Minho, em 12 de Julho de 1984.

grafos do contemporâneo debruçam-se sobre divisões administrativas mais amplas, concelhias, distritais, nacionais, com base nos censos de população. Uma e outra aplicação não apresentam geralmente grandes pontos de contacto no que respeita a fontes, metodologias, indicadores, nem sequer em resultados. O quadro descrito pelos historiadores demógrafos no que respeita à fecundidade legítima é um quadro de fecundidade elevada sem oscilações marcantes. Os demógrafos do contemporâneo preocupam-se com o nível baixo dos nascimentos e recuam pelo último século a século e meio para observarem o período de mudança de uma situação para outra, o período chamado de transição demográfica, para assim avaliarem mais baseadamente as actuais linhas de tendência.

O conhecimento dos quadros demográficos nacionais ou regionais são naturalmente cada vez mais necessários à moderna administração quer a nível central quer a nível autárquico e os demógrafos e sociólogos desenvolvem as suas projecções, baseados nos dados estatísticos disponíveis. Mas o próprio desenvolvimento da demografia subsidiária dos censos faz salientar a importância da micro-análise para uma maior compreensão das actuais dinâmicas demográficas. De facto, com o aumento dos nossos conhecimentos sobre populações históricas e contemporâneas, o conceito de transição demográfica foi perdendo a sua configuração original. A teoria da transição demográfica tal como foi formulada pelos investigadores americanos propunha, com grande linearidade, um esquema de evolução e fornecia uma explicação para a mudança. A situação demográfica das sociedades tradicionais seria uma situação equilibrada entre uma forte fecundidade, uma fecundidade próxima da natural, e um nível elevado de mortalidade, sujeita a crises. Em função do desenvolvimento da higiene e da medicina desde os fins do século XVIII a mortalidade foi cedendo, enquanto a fecundidade, constringida pela família e pela religião, se mantinha em níveis altos, o que deu lugar no período seguinte a um crescimento muito rápido da população. A desagregação progressiva dessas instituições seculares decorrente do processo de desenvolvimento permitiu que se entrasse numa outra fase de transição em que a fecundidade começa a ser controlada até se atingir o regime demográfico actual em que tanto fecundidade como mortalidade se colocam em níveis baixos.

Este modelo lógico de relação entre mortalidade e fecundidade condicionada pelo processo de industrialização, urbanismo e moderni-

zação foi sendo posto em causa com os trabalhos sistemáticos sobre a evolução da fecundidade europeia para o período pós-censitário, particularmente os resultantes do chamado projecto de Princeton. O primeiro desses trabalhos foi desenvolvido precisamente sobre Portugal (*A Century of Portuguese Fertility* em 1971) e deve-se ao demógrafo italiano Massimo Livi Bacci. Aí se constata que o esquema teórico não era facilmente aplicável ao caso português. Os trabalhos posteriores desenvolvidos sobre outros países da Europa vieram comprovar que a transição demográfica europeia foi de facto multiforme, apresentando-se maior contraste entre a situação vivida pelos países nórdicos que se aproximam mais do modelo teórico e a situação vivida num país do sul, como Portugal. No II Congresso da ADEH em 1991 em Alicante documentou-se claramente, na sessão sobre *Modelos regionales de la transición demográfica en España y Portugal*, «que a linear simplicidade do paradigma da transição demográfica tal como foi formulado, não pode, senão de forma muito forçada, expressar a realidade concreta das populações», segundo palavras do próprio Livi Bacci que coordenou essa sessão (1991: 9). Admitiu-se com clareza que no início da transição não existia na Península uma plataforma única de partida. Certas populações estruturavam-se num regime de baixa pressão demográfica, com nupcialidade fortemente controlada, fecundidade baixa e mortalidade baixa, enquanto outras populações se estruturaram em alta pressão, com uma nupcialidade menos controlada, uma fecundidade elevada e uma mortalidade também elevada, havendo margem a combinações diferentes entre essas variáveis, sem poder deixar de considerar-se o fenómeno da mobilidade. Exige-se assim o desenvolvimento de estudos sobre *Demografia de Antigo Regime* para as diferentes regiões da Europa que permitam atingir a compreensão do jogo das variáveis e saber qual o ponto de partida para a fase de transição.

Uma outra questão parece igualmente clara. O sistema demográfico não se apresenta como estritamente dependente do sistema económico-social. O analfabetismo, a industrialização, o urbanismo, tradicionalmente ligados ao processo de transição não revelam o poder explicativo que se lhe atribuiu. Outras variáveis mais subtis e menos mensuráveis como a religião, o comportamento político, características regionalmente específicas devem ser analisadas. Sem esquecer que em muitos aspectos é o sistema económico-social que depende do demográfico. Só identificando os quadros específicos

em que os fenómenos se desenvolvem podemos enveredar por uma maior compreensão da influência das variáveis ditas «culturais» .

Assim, a compreensão dos ritmos de vida das populações europeias parece exigir cada vez mais que a micro-análise demográfica ganhe novo fôlego não só no seu espaço tradicional, o período pré-estatístico, mas prolongando-se para a época contemporânea. O Baixo Minho, zona das mais precocemente industrializadas do país e de controlo de nascimentos mais tardio apresenta-se assim como um laboratório privilegiado para estudo do complexo problema da reprodução humana e das variáveis a que se acha sujeita.

Antes porém de entrar no estudo de caso, limitado à análise da fecundidade legítima, consideremos algumas visões de conjunto sobre a Europa Ocidental.

Michael W. Flinn, num trabalho de síntese de 1981, ainda não substituído e que foi traduzido para castelhano em 1989 pela Editorial Crítica de Barcelona com o título *El sistema demográfico europeo, 1500-1820*, no que respeita à fecundidade legítima usa como indicador privilegiado as taxas de fecundidade legítima por grupos de idades da mulher, ou seja o número de filhos, em cada ano, em famílias legítimas, considerando mil mulheres. Distingue três períodos, um período anterior a 1750, outro de 1740 a 1790 e ainda outro de 1780 a 1820. Vejamos um quadro comparativo entre três países europeus, Alemanha, França e Inglaterra, para o primeiro desses períodos, o anterior a 1750.

QUADRO 1

Taxas de fecundidade legítima.

Todas as idades da mulher (mil mulheres). Antes de 1750. Grupos de idades

	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
ALEMANHA	432	399	358	293	138
FRANÇA	467	445	401	325	168
INGLATERRA	414	392	332	240	140

Verifica-se claramente através da tabela que a pressão da fecundidade anterior a 1750 é bem maior em França do que nos outros dois países, particularmente em relação à Inglaterra, pesem embora o facto das paróquias que servem de base à média ponderada não terem sido sujeitas a um processo de selecção e do

maior número de observações em França (98), em relação à Alemanha (15) e à Inglaterra (26).

Ainda pela abordagem micro-analítica, outro autor, Michael Anderson no seu trabalho *sobre Population Change in North-Western Europe, 1750-1850*, publicado em 1988, apresenta as investigações mais recentes ao tempo sobre a fecundidade marital para regiões escolhidas e países seleccionados. Para uma breve apresentação comparativa, apresentamos em quadro a situação da Alemanha, Inglaterra e França, esta dividida em quatro zonas, NW, NE, SW e SE. O autor usa, além das taxas de fecundidade legítima por grupos de idades, um outro indicador de fecundidade mais sintético, *Total Marital Fertility Ratios*, um indicador sintético de Descendência Teórica (idades dos 20-44), ou seja o número médio de filhos que nas condições estudadas de fecundidade cada mulher teria se permanecesse em unidade conjugal dos 20 aos 44 anos.

Os resultados são interessantes e continuam a mostrar claramente as diferenças não só entre países, mas entre as quatro regiões de França.

Como se verifica, nos três casos considerados, antes de meados do século XIX só na França se nota decréscimo da natalidade, embora de forma diferenciada de região para região.

QUADRO 2
Fecundidade Legítima - Descendência Teórica

INGLATERRA (13 paróquias)	1700-1749	7,25
	1750-1799	7,19
ALEMANHA (14 paróquias)	1750-1774	8,57
	1800-1824	8,37
	1850-1874	8,80
FRANÇA (NW) (10 paróquias)	1740-1769	8,32
	1770-1789	8,12
	1790-1819	6,81
FRANÇA (NE) (12 paróquias)	1740-1769	9,00
	1770-1789	9,11
	1790-1819	7,24
FRANÇA (SW) (9 paróquias)	1740-1769	7,70
	1770-1789	7,36
	1790-1819	6,92
FRANÇA (SE) (10 paróquias)	1740-1769	7,89
	1770-1789	7,72
	1790-1819	7,19

As abordagens tornadas possíveis com a generalização dos censos confirmam para a segunda metade do século XIX esse mesmo quadro diferencial.

Patrick Festy em trabalho de síntese sobre a Fecundidade dos Países Ocidentais de 1870 a 1970, afirmava em 1979, que a maioria dos países ocidentais por volta de 1870 conheciam ainda uma fecundidade legítima natural sem contracepção nem abortos, em que os comportamentos que influem na fecundidade, (duração do aleitamento materno, frequência das relações sexuais, etc.) não dependem do tamanho da família. Dois países se afastavam sensivelmente deste esquema: a França e os Estados Unidos que apresentavam, desde antes do último quartel do século XIX, as características essenciais de uma fecundidade controlada. Os casais franceses precederam os outros países ocidentais de cerca de um século e as mulheres brancas dos Estados Unidos de cerca de alguns decénios, representando estas populações cerca de 30% do conjunto do Ocidente.

Posteriormente a 1870 entramos claramente no período de limitação da natalidade na maior parte da Europa em que a família modal se vai estabelecer em dois ou três filhos. Mesmo o *baby boom* do pós-guerra não chegou para inverter a situação e a baixa da natalidade é uma realidade do nosso tempo. Vejamos, em gráfico, usando como indicador um índice abreviado da fecundidade geral, ou seja, o número médio de crianças por mulher na ausência de mortalidade e de mobilidade nas condições de fecundidade do período.

Posteriormente (1986), uma publicação de conjunto sobre o Declínio da Fecundidade da Europa, num livro editado por Ansley Coale e Susan Watkins, reflecte as investigações do já referido projecto de Princeton. Mais recentemente o Congresso Europeu de Demografia realizado em França em Outubro de 1991 reúne trabalhos sobre a evolução demográfica mais recente para os diferentes países europeus (Rallu, J.L. e Blum, A. (edit.), 1991).

Deste último extraímos alguns resultados comparativos para os últimos anos.

Os autores do artigo sobre Portugal, Maria José Carrilho e João Peixoto, apresentam assim o quadro português: «Até ao fim do século passado, as fontes disponíveis sobre a demografia portuguesa são insuficientes. Em 1864 o país começou a efectuar recenseamentos modernos da população, utilizando os processos estatísticos reco-

GRÁFICO 1

Fecundidade geral. Índice abreviado da fecundidade geral por períodos

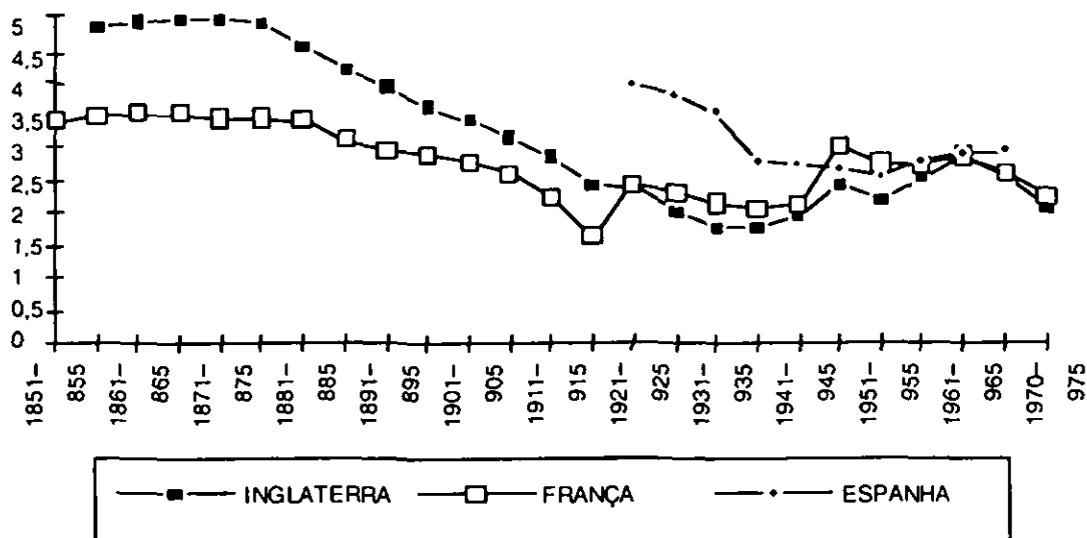
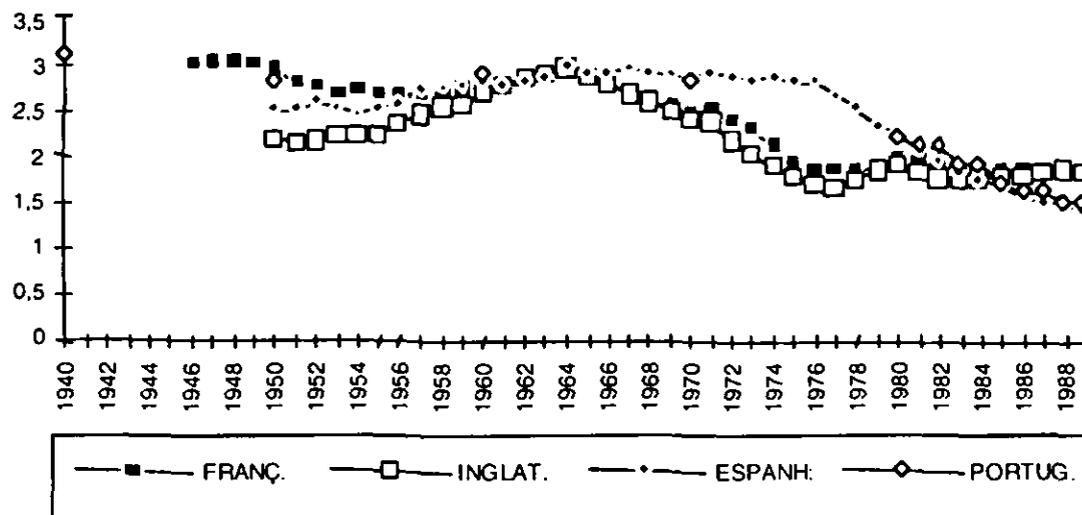
FONTE: P. Festy, *La fécondité des pays occidentaux de 1870 a 1970*.

GRÁFICO 2

Fecundidade geral. Índice abreviado da fecundidade geral por ano

FONTE: J.L. Rallu e A. Blum, *Demographie Europeenne*, Vol. I

mendados nos Congressos Internacionais de então. Em 1886 pela primeira vez são divulgadas estatísticas do movimento natural. No entanto, uma análise aprofundada da população não é possível senão depois das primeiras décadas do nosso século». Admitem assim que é difícil determinar com rigor os passos principais da

transição demográfica em Portugal. De um lado, os mecanismos de transição são tão variados que não permitem, no plano teórico, identificação fácil. De outro lado, a deficiência de informação estatística inibe um conhecimento mais aprofundado das variáveis em causa. Apesar disso aceitam que já no século XVIII se encontrariam alguns sinais da primeira fase de transição, com decréscimo da mortalidade, mas esses sinais não se tornariam marcantes senão em meados do século XIX. A segunda fase de transição deve, segundo os autores, ter começado nos anos 20 do nosso século com uma queda decisiva da natalidade (natalidade que deve ter baixado pouco no século XIX). Mais recentemente o país terá entrado na fase final conclusiva da transição: a taxa bruta de natalidade equilibra praticamente a taxa de mortalidade no decurso dos anos 80. O índice sintético de fecundidade caiu de 2,8 em 1950 para 1,5 filhos por mulher em 1989. Depois de 1982 a fecundidade desceu abaixo do nível de renovação das gerações.

Anteriormente, Manuel Nazareth, na esteira de Livi Bacci, ao analisar os aspectos regionais da evolução da fecundidade em Portugal, (1930-1979) (1975/ 1976: 49-98), conclui que a evolução global do nosso país é resultante de uma evolução bastante diversificada sob o ponto de vista regional. Poder-se-iam isolar duas regiões distintas, colocando-se em situação intermédia uma terceira região.

A primeira região, que reúne a totalidade dos distritos do Norte e os distritos do Funchal e Ponta Delgada, é caracterizada por um nível de fecundidade muito elevado ainda em 1969/72 (em Braga o índice comparativo de fecundidade legítima seria três vezes superior ao de Faro); em 1929/32 as curvas das taxas de fecundidade legítima por grupos de idades aproximavam-se ainda do tipo de curvas observadas nas populações de fecundidade próxima da natural.

Por outro lado, a região sul e o distrito da Horta seriam caracterizados por um nível de fecundidade muito baixo e por um tipo de declínio praticamente linear.

Tais diferenças regionais que não estão de acordo com os respectivos processos de desenvolvimento económico e social chamaram a atenção do autor para as «culturas regionais».

Elizabeth Reis (1990: 313-331) entende que «as medidas de fecundidade utilizadas pelos estudos sobre o declínio da fecundida-

de em Portugal, nomeadamente por Livi Bacci e Manuel Nazareth (taxas brutas, taxas de fecundidade geral e total e índices de Coale) não permitem diferenciar entre as duas dimensões do declínio, o tempo e o *quantum*. Para que isso seja possível será necessário ter dados detalhados a tal ponto que descrevam as histórias das mulheres em risco de procriação, isto é entre os 15 e os 50 anos. Dados retirados dos censos ou das estatísticas demográficas portuguesas não permitem introduzir na análise tais variáveis bem como outros factores explicativos relacionados com o contexto socio-económico e cultural».

Entre as razões que conduzem à impossibilidade de se chegar à identificação das causas mais próximas do declínio da fecundidade em Portugal, Elizabeth Reis, conta «o facto dos estudos realizados se basearem em dados agregados facultados pelos recenseamentos e estatísticas da população. Se é possível definir as características de uma população e os seus padrões demográficos regionais a partir desse tipo de dados, o mesmo não se poderá dizer quando o objectivo do estudo se centra na determinação dos factores explicativos dos diferentes níveis de fecundidade por parte dos casais. Para tal será necessário trabalhar com dados individuais que relacionem a situação social, económica e cultural de cada família com o nível de fecundidade desejado ou atingido». O Inquérito Português à Fecundidade que permite esse tipo de análise data apenas de 1979/80.

Evidenciando-se assim aos demógrafos do nosso país, por um lado, as grandes falhas de informação que impedem uma compreensão mais adequada da evolução dos comportamentos demográficos da população portuguesa e, por outro lado, a importância de variáveis sócio-culturais, reforçamos a ideia de que só a abordagem micro-analítica com identificação das famílias e dos indivíduos, também pelo seu estatuto social, poderá permitir esse estudo aprofundado em longa duração e facilitar cruzamentos entre variáveis.

2.^a Parte

Não é fácil, no entanto, corresponder a essa exigência. A reconstituição de famílias implica o tratamento de fontes vitais com metodologias específicas, um processo moroso que se torna naturalmente mais custoso em fase de transição quando o número de nasci-

mentos por ano se vê multiplicado em curto espaço de tempo. O estudo dos últimos cem anos vê-se limitado pela cobertura legal à privacidade pessoal, só se ultrapassando esse problema para investigadores munidos de autorizações especiais.²

Ronfe e Ruivães são duas comunidades do Médio Ave que me parecem expressar no seu conjunto o comportamento da zona, ambas tradicionalmente de fundo rural, com forte componente de indústrias familiares, a primeira criando indústrias modernas, a outra fornecendo mão de obra às indústrias das comunidades vizinhas.

Sobre os seus registos de nascimentos, casamentos e óbitos foi aplicada a metodologia de reconstituição de paróquias. Houve que desenvolver processos diferenciados de acessibilidade às fontes. Para período anterior a 1870/80 utilizei microfilmes dos registos paroquiais reproduzidos em fotocópias; nos períodos seguintes beneficiei dessas autorizações especiais para utilizar as fontes. Por inquérito directo nas duas comunidades foi possível depois acompanhar até ao momento a história reprodutiva das famílias não desfeitas pela morte.

Dificuldades maiores ou menores de identificação naturalmente existiram num tão vasto espaço de tempo, mas a dificuldade maior advém da forte mobilidade nesta zona, impedindo o acompanhamento de toda a história reprodutiva de uma percentagem importante de casais. Assim, após o cruzamento entre registos (enquadramento de cada criança baptizada na família respectiva, cruzamento na ficha de família da data de casamento de pais e da data de óbito de cada um deles) há que classificar cada uma das fichas para efeitos de fecundidade.

Neste trabalho apenas utilizei famílias que classifico de TIPO1, ou seja, famílias das quais conhecemos data de nascimento/batismo de todos os filhos, data de casamento, data de nascimento da mulher e data de óbito do primeiro cônjuge falecido e de TIPO3 (Amorim, 1991), famílias que acompanhamos, em parte, a sua história reprodutiva, permitindo esse acompanhamento a observação de indicadores de fecundidade seleccionados. Foram eliminados

2 Agradecemos as autorizações que nos foram concedidas pelos responsáveis das diferentes instituições.

todos os casos que caíram em períodos em que a crítica das fontes indicava sub-registo. Dada a proximidade temporal dos actos de nascimento e baptismo, não se desenvolveram tentativas de correcção de resultados em nenhum período.

O primeiro problema que se me pôs foi estabelecer uma periodização para a evolução da fecundidade. Para o efeito, usei, como primeiro indicador, a **taxa de fecundidade legítima por grupos de idades da mulher**, ou seja, como vimos, o número médio de filhos em cada ano, por grupos de idades, considerando mil mulheres. Como segundo indicador considere a **idade média das mães ao nascimento do último filho**, em famílias completas (nesta zona, aquelas que atingiram ou ultrapassaram, em convivência conjugal, os 48 anos de idade da mulher). Um outro indicador utilizado, na perspectiva de análises comparativas com outras áreas, foi a **descendência teórica**, o número médio de filhos por mulher, nas condições de fecundidade encontradas, se a convivência conjugal se estendesse dos 20 aos 49 anos.

QUADRO 3

Taxas de Fecundidade Legítima. Todas as idades da mulher. 1000 mulheres e D.T.

	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	D.T.
Antes de 1700	460	372	360	346	231	20	8,7
1700-1749	451	429	379	331	197	17	9
1750-1779	402	390	405	317	165	37	8,6
1780-1809	413	394	356	303	158	7	8,2
1810-1839	433	399	363	291	177	13	8,4
1840-1869	411	381	358	271	145	14	7,9
1870-1899	457	427	361	274	142	16	8,4
1900-1929	430	419	358	300	149	26	8,4
1930-1939	526	433	423	334	183	29	9,6
1940-1949	486	466	418	375	162	9	9,6
1950-1959	414	447	370	235	85	8	7,9
1960-1969	479	393	237	130	44	4	6,4
1970-1979	340	293	114	53	3	11	4,2

Poderá observar-se no Quadro 3, com alguma nitidez, uma evolução faseada em seis períodos. Observando as posições relativas, notamos que antes de 1750 as taxas de fecundidade se apresenta-

vam ligeiramente mais elevadas do que no largo período que se estende de 1750 ao fim dos anos vinte do nosso século. Depois, entre 1930 e 1950, as taxas de fecundidade elevam-se a um nível não encontrado anteriormente, evidenciando-se depois já na década de 50 algum efeito do controlo de natalidade, tornado bem mais visível nas duas décadas seguintes.

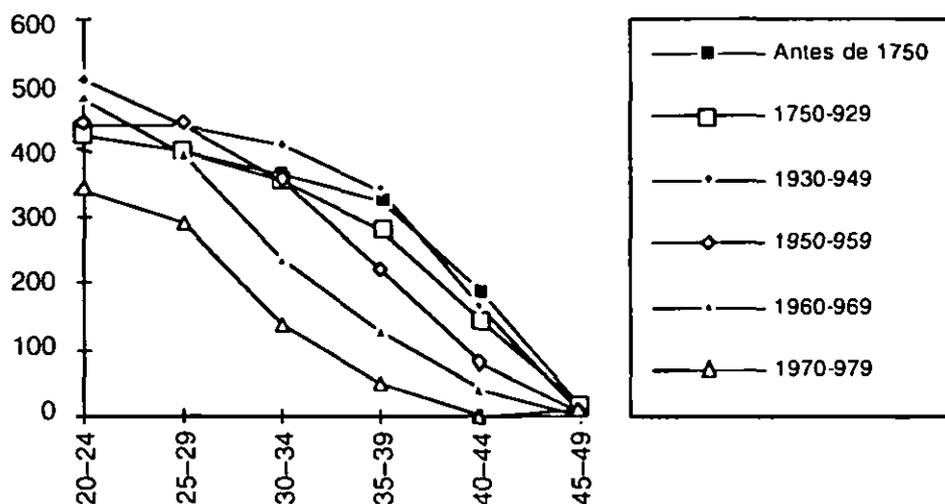
QUADRO 4

*Taxas de fecundidade legítima, Descendência Teórica, Idade Média da mãe ao último nascimento
1000 Mulheres*

	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	D.T.	I.M.U.N.
Antes de 1750	421	399	365	326	191	16	8,6	41,4
1750-1929	423	397	355	281	147	18	8,1	40
1930-1949	580	437	408	342	166	7	9,4	40
1950-1959	441	439	356	223	81	7	7,7	37
1960-1969	479	393	237	130	44	4	6,4	35,3
1970-1979	340	289	139	52	3	11	4,2	

GRÁFICO 3

*Taxas de Fecundidade Legítima
1000 Mulheres
Evolução do comportamento*



A observação da idade média da mãe ao último nascimento (I.M.U.N.- Quadro 4) mostra que antes de 1750 as mulheres prolongavam durante sensivelmente mais tempo a sua vida reprodutiva, mantendo-se, nos duzentos anos seguintes, a idade de 40 anos, reduzindo de forma nítida depois de 1950.

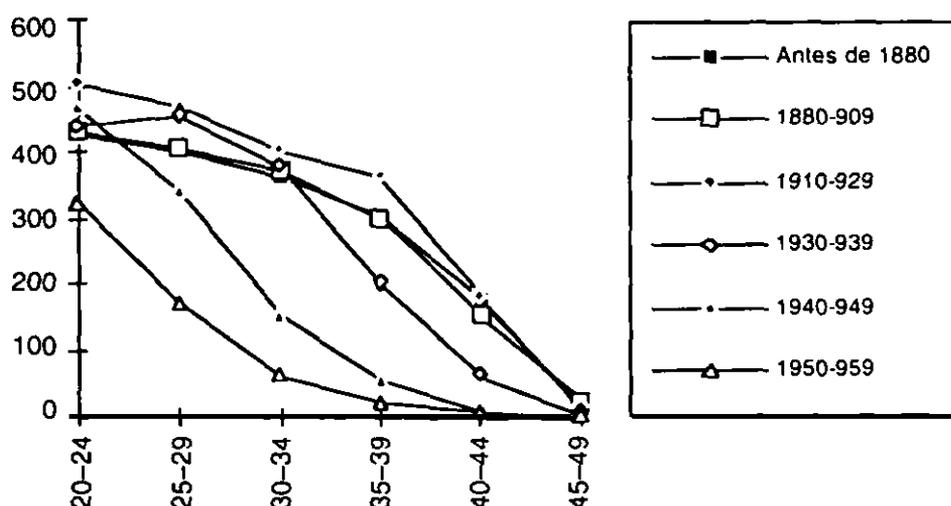
QUADRO 5

*Taxas de Fecundidade Legítima. Grupos de Gerações.
1000 Mulheres e Idade média ao 1º casamento feminino*

	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	I.M.C.F.
Antes de 1880	427	403	368	370	179	19	27,7
1880-1909	433	407	372	303	156	26	25,6
1910-1929	507	470	405	367	185	17	24,8
1930-1939	441	459	380	204	66	6	24,4
1940-1949	467	345	157	58	10	2	23,3
1950-1959	324	173	66	22	10	0	

GRÁFICO 4

Taxas de Fecundidade Legítima. Grupo de gerações



No Quadro 5 observamos as taxas de fecundidade legítima das gerações femininas nascidas entre as datas escolhidas e a idade média ao primeiro casamento feminino (IMCF). Notamos primeiro a idade muito elevada ao casamento das gerações nascidas antes de 1880 (27,7 anos) e o decréscimo regular para os períodos posterior-

res, atingindo os 23,3 anos na década de 1940. Se atentarmos no gráfico em que se expressa a evolução da fecundidade para esses grupos de gerações femininas notamos primeiro, com muita clareza, as curvas típicas de fecundidade não controlada para as gerações nascidas antes de 1930. Salientamos depois a elevação muito nítida da fecundidade para as gerações nascidas entre 1910 e 1930. As mulheres nascidas na década de 30, ainda evidenciando uma fecundidade forte antes dos 35 anos, reduzem posteriormente, de forma já clara, a sua fecundidade. As gerações nascidas nas décadas de 40 e 50 mostram desde idades mais jovens um claro comportamento restritivo.

QUADRO 6

*Taxas de fecundidade legítima segundo a idade ao casamento da mulher.
1000 mulheres
Antes de 1950*

	<i>Menos de 20</i>	<i>20-24</i>	<i>25-29</i>	<i>30-34</i>	<i>35-39</i>	<i>40-44</i>	<i>45-44</i>
Antes dos 20	314	436	384	320	247	144	20
20-24		443	397	355	299	154	17
25-29			449	378	291	148	16
30-34				439	332	185	22
35-39					427	167	14
40-44						366	13

Depois de 1950

	<i>Menos de 20</i>	<i>20-24</i>	<i>25-29</i>	<i>30-34</i>	<i>35-39</i>	<i>40-44</i>	<i>45-44</i>
Antes dos 20	444	389	267	91	47	0	0
20-24		449	360	219	121	33	5
25-29			496	318	159	74	8
30-34				440	314	66	8

Se compararmos o Gráfico 4 com o anterior, parece claro o feito de geração nos comportamentos de limitação da natalidade. As mulheres mais velhas sustentavam até datas mais recentes uma fecundidade mais elevada.

Considerando que numa sociedade que controla a sua natalidade a idade ao casamento feminino determina, em regra, os nascimentos, será interessante contrastar dois gráficos de taxas de

fecundidade legítima segundo as idades ao casamento, um para os casamentos realizados antes de 1950 (Gráfico 5) e o outro para os casamentos realizados posteriormente (Gráfico 7), ambos decorrentes do Quadro 6.

GRÁFICO 5

Taxas de fecundidade legítima segundo a idade ao casamento da mulher.
Antes de 1950

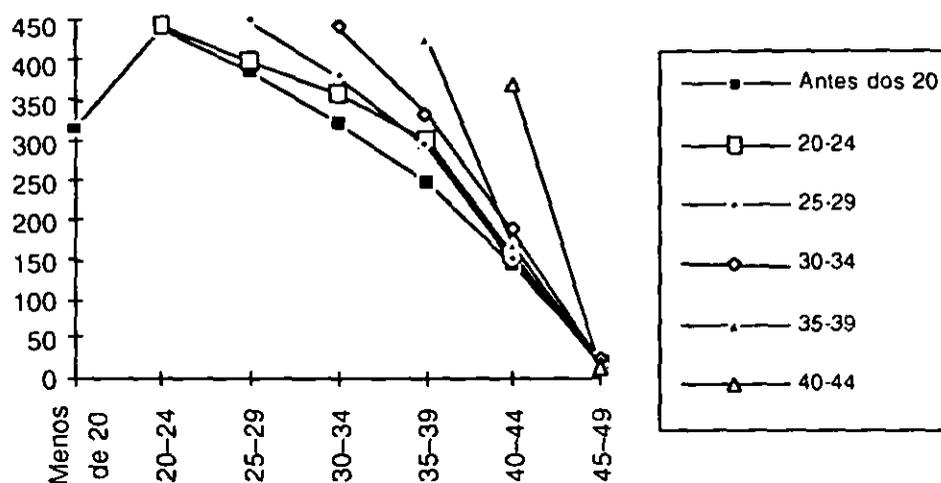
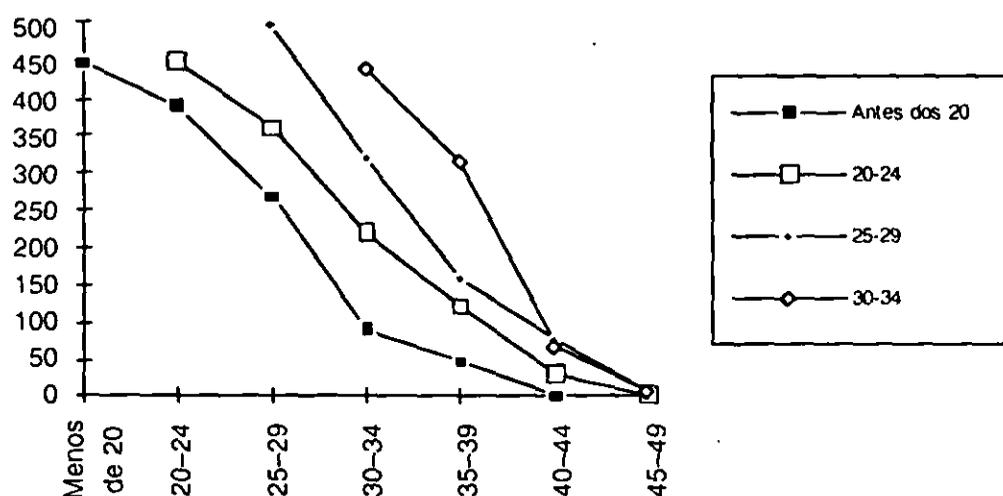


GRÁFICO 6

Taxas de fecundidade legítima segundo a idade ao casamento da mulher.
Depois de 1950



No nosso estudo de caso as diferenças entre os dois gráficos são muito nítidas. Nos casamentos realizados depois de 1950 a elevação das taxas de fecundidade é bem patente no grupo de idades

em que o casamento se coloca, decrescendo depois muito rapidamente no grupo de idades seguinte, situação que se distingue claramente dos casamentos realizados antes de meados do nosso século.

As taxas de fecundidade apresentam-nos a capacidade reprodutiva de uma determinada população sem nos elucidarem sobre o número de filhos que em cada período essa população viu efectivamente nascer, na medida em que não estamos a considerar a colocação da idade ao casamento feminino e a frequência de rupturas nas uniões conjugais.

No que respeita à duração das uniões, a suavidade da morte na zona que estamos a considerar não constitui variável fortemente limitativa na dimensão da família. Antes de 1750 a duração das uniões colocava-se nos 27,3 anos, em média, apesar do casamento tardio. Depois de 1750 e até 1929, encontramos uma duração média de 30,1 anos.

No Quadro 7 podemos observar que foi a idade média ao primeiro casamento feminino, sucessivamente reduzida depois de 1750, que teve grande influência na dimensão da família. Repare-se que, apesar das taxas de fecundidade se apresentarem mais elevadas antes de 1750, no período que decorre posteriormente e até 1930 a dimensão da família não reduz. Entre 1930 e 1949, altura em que a idade média ao primeiro casamento feminino tinha reduzido para 24,4 anos (em contraste com os 27,7 anos de antes de 1750), e em que as taxas de fecundidade também se elevaram, notamos que nascem mais dois filhos, em média, em cada família do que haviam nascido antes de 1750. Apesar do decréscimo nas taxas de fecundidade legítima para os casamentos realizados na década de 50 do nosso século o número médio de filhos por família ainda é superior ao que fora antes de 1930. Um efeito mais claro do controlo da natalidade em termos de descendência só se começa a notar na década de 60.

Uma primeira interrogação que fica automaticamente no ar é, em termos relativos, como se posicionava a fecundidade legítima de Antigo Regime na zona estudada.

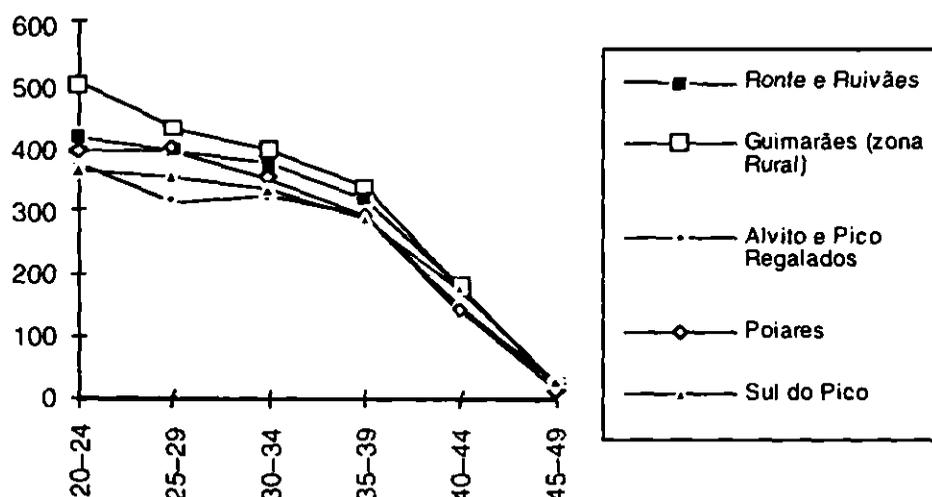
No gráfico comparativo entre populações rurais portuguesas para o período anterior a 1750, encontramos para a zona rural de Guimarães e Ronfe-Ruivães as taxas de fecundidade mais elevadas. Note-se que, surpreendentemente, em outras zonas do Minho (S. Pedro de Alvito e Pico de Regalados) as taxas de fecundidade

QUADRO 7
Número de filhos nascidos por união

PERÍODOS	Todas as Famílias	Famílias Fecundas
Antes de 1750	4,5 (242)	5,2 (211)
1750-1929	4,9 (622)	5,4 (564)
1930-1949	6,7 (162)	7,0 (154)
1950-1959	5,6 (145)	6,0 (135)
1960-1969	4,3 (191)	4,3 (190)

GRÁFICO 7

Taxas de Fecundidade Legítima. Todas as idades da mulher. 1000 mulheres.
Antes de 1750. Gráfico comparativo entre populações portuguesas



FONTE: (para Alvito e Pico de Regalados)- Marta LOBO e Fernando MIRANDA, «Evolução da fecundidade em duas paróquias minhotas», III Congresso da ADEH, Braga-Guimarães, 1993.

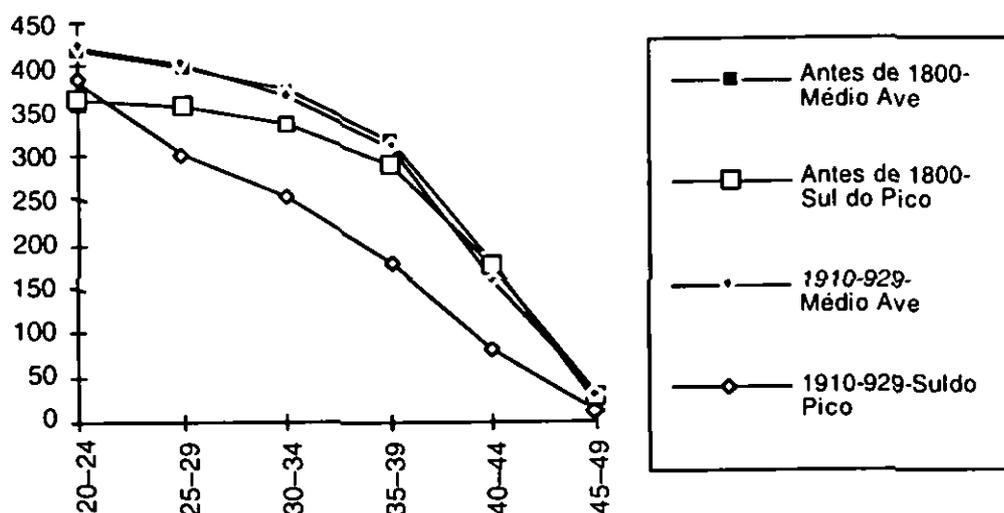
legítima são bem mais baixas, mais baixas mesmo do que as observadas em Poiares de Freixo (Trás-os-Montes), aproximando-se mais do comportamentos do Sul do Pico.

Uma segunda interrogação referir-se-á aos ritmos relativos de controlo de natalidade. Vimos antes que o distrito de Braga e o distrito da Horta se incluíam em zonas extremas na evolução do controlo da natalidade. A micro-análise permite aprofundar essas diferenças.

É muito nítida a diferença nos dois conjuntos de freguesias apresentadas no Gráfico 8. Uma primeira constatação é de que a

GRÁFICO 8

Taxas de fecundidade legítima. Todas as idades da mulher
1000 Mulheres. Comparação entre Médio Ave e Sul do Pico
Antes de 1930



situação vivida antes do século XIX não sofre em Ronfe e Ruivães alteração significativa se a compararmos com a situação do período entre 1910 e 1930. Nas três paróquias observadas no Sul do Pico, S. João, S. Mateus e S. Caetano, a situação é bem diferente. A curva típica de populações que não controlam os nascimentos que se observa para o período anterior a 1800, vê-se já claramente alterada entre 1910 e 1930. As diferenças entre as duas zonas prosseguem com muita nitidez se avançamos para os dois vinténios seguintes (Gráfico 9).

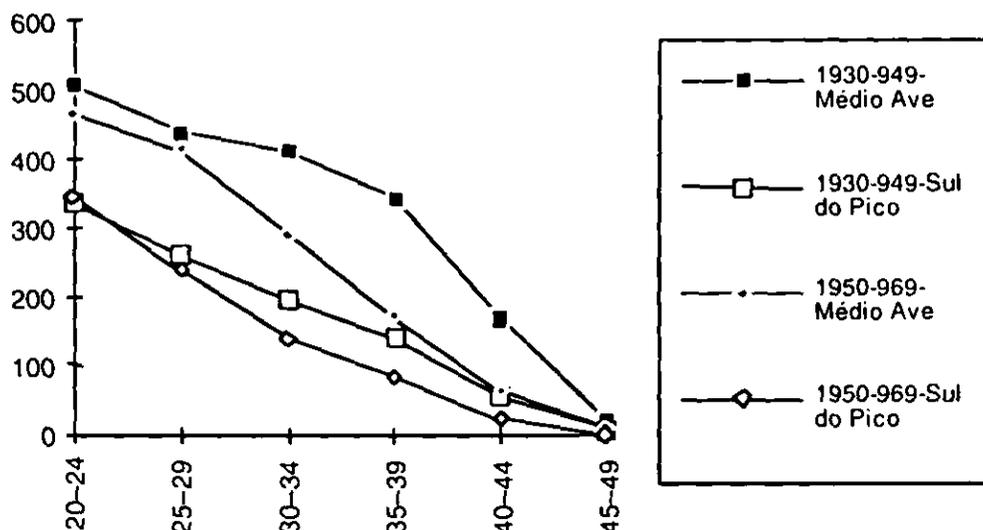
* * *

Sobressaem muitas interrogações das análises desenvolvidas. De facto, quem reconstitui famílias familiariza-se com um ritmo de nascimentos para o período de Antigo Regime que não pode deixar, intuitivamente, de classificar de «natural». No entanto, se estuda zonas distintas, verifica que os indicadores de fecundidade atingem valores marcadamente diferentes de zona para zona. Para essas diferenças contribuirão factores de ordem económica, cultural, política, religiosa, ou factores puramente biológicos?

Quando nos aproximamos dos nossos dias o calendário da transição de uma fecundidade próxima da natural para uma fecundidade controlada apresenta contornos muito diferenciados, mesmo no inte-

GRÁFICO 9

Taxas de Fecundidade Legítima. Todas as idades da mulher
1000 mulheres. Comparação entre Médio Ave e Sul do Pico
Depois de 1930



rior de um pequeno país como Portugal. Essas diferenças de ritmo são comandadas pela economia? Pela textura social? Pela cultura, incluindo nesta a religiosidade?

São perguntas que a análise demográfica levanta, sem dar respostas. Há que desenvolver trabalho multidisciplinar e preferentemente interdisciplinar. As bases de dados com as histórias reprodutivas dos casais aceitam esse desafio. O convite para uma investigação interdisciplinar está lançado.

Bibliografia

- AMORIM, M. N., 1983/1984, «S. Pedro de Poiães de 1561 a 1830», *Brigantia*, Bragança.
- AMORIM, M. N., 1987, *Guimarães de 1580 a 1819. Estudo Demográfico*, Lisboa, I.N.I.C.
- AMORIM, M. N., 1991, «Uma metodologia de reconstituição de paróquias desenvolvida sobre registos portugueses», *Boletim de la ADEH*, IX-1.
- AMORIM, M. N., 1992, *Evolução da População em Três Paróquias do Sul do Pico (1680-1980)*, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- AMORIM, M. N. 1991, «De uma «Fecundidade «Natural» a uma Fecundidade Controlada. O caso do Sul do Pico (1680-1980)», *Cadernos do Noroeste*, vol.4, nº 6-7, pp. 283-305.

- AMORIM, M. N., 1993, «Nupcialidade e fecundidade diferenciais. Evolução de comportamentos nos últimos três séculos. O caso do Sul do Pico (Açores)», *Boletim de la ADEH*, XI-2.
- ARANGO, J., 1987, «El descenso de la fecundidad en España», *Boletim de la ADEH*, V.
- ARIÈS, P., 1953, «Sur les origines de la contraception en France», *Population* 8: 465-472.
- ARMENGAUD, A., 1975, *La famille et l'enfant en France et en Angleterre du XVI^e. au XVIII^e. siècle: aspects démographiques*, Paris, SEDES.
- ARROTEIA, J. C., 1984, *A evolução demográfica portuguesa*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- BIDEAU, A., 1984, «Os mecanismos auto-reguladores das populações tradicionais», in M. L. Marcílio (org.), *População e Sociedade*, Petrópolis, Vozes, p.47-68.
- CIPOLA, C., 1960. *História Económica da População Mundial*, Ed. Ulisseia, Lisboa.
- COALE A. e WATKINS, S., (edit.), 1986, *The Declin of Fertility in Europe*, Princeton University Press.
- DUPÂQUIER, J., 1979, *La population rural du Bassin Parisien à l'époque de Louis XIV*, Paris, E.H.E.S.S..
- EVANGELISTA, J., 1971, *Um século de população portuguesa (1864-1960)*, Centro de Estudos Demográficos, Lisboa.
- FESTY. P., 1979, *La fécondité des pays occidentaux de 1870 a 1970*, Paris, PUF.
- FLANDRIN, J.-L., 1970, *L'Eglise et le contrôle des naissances*, Paris, Flammarion.
- FLANDRIN, J.-L., 1973, «l'attitude à l'égard du petit enfant et des conduites sexuelles dans la civilisation occidentale», *A.D.H.*, p.143-205.
- FLANDRIN, J.-L., 1979, *Origines de la familia moderna*, Barcelona, Ed. Critica, 1979.
- FLINN, M. W., 1989, *El sistema demográfico europeo, 1500-1820*, Barcelona, Ed. Critica.
- HENRY, L., 1976, *Demografia*, Barcelona, Labor Universitaria.
- HENRY, L., 1870, *Manuel de Démographie Historique*, 2^a edição, Genève-Paris, Liv. Droz.
- HENRY, L., 1988, *Técnicas de Análise em Demografia Histórica*, Lisboa, Gradiva.
- KNODEL, J. E., 1974, *Decline of Fertility in Germany, 1871-1939*, Princeton University Press.
- LEBRUN, F., 1983, *A vida conjugal no Antigo Regime*, Lisboa, Ed. Rolim.
- LEBRUN, F., 1974, «Démographie et mentalités : le mouvements des conceptions sous l'Ancien Régime», *A.D.H.*, p.49-50.

- LERIDON, H., 1973, *Aspects biométriques de la fécondité humaine*, Paris, PUF.
- LERIDON, H., 1988, «Fécondité naturelle et espacement des naissances», *A.D.H.*.
- LIVI-BACCI, M. e BRESCHI, 1990, «Italian Fertility: an Historical Account», *Journal of Family History*, vol.15.
- LIVI-BACCI, M., (Coordenador), 1991, *Modelos regionales de la transición demográfica en España y Portugal*, Actas do II Congresso da ADEH, Alicante.
- LIVI-BACCI, M., 1972, *A Century of Portuguese Fertility*, Princeton, Princeton University Press.
- LIVI-BACCI, M., 1977, *A History of Italian Fertility during the last two centuries*, Princeton University Press.
- LIVI-BACCI, M., 1984, *A Transformazione demografica delle società europee*, Torino, Loescher Ed..
- LIVI-BACCI, M., 1987, *Ensayo sobre la historia demográfica europea. Población y alimentación en Europa*, Barcelona, Ariel.
- LIVI-BACCI, M., 1967, «Fertility and Nuptiality Changes in Spain from the Late 18th. to the Early 20th. Century», *Population Studies*, Vol. XXIII.
- LIVI-BACCI, M., 1988, «La Península Ibérica e Itália en vísperas de la transición demográfica», in Vicente PÉREZ MOREDA e David-Sven REHER (eds.), *Demografía histórica en España*, Madrid, Ediciones el Arquero, pp. 138-178.
- MACHADO, J. T. M.,s.d., *Como nascem e morrem os portugueses*, Lisboa, Gomes Rodrigues, Eds..
- MARCILIO, M. L. (org.), 1993, *Família, Mulher, Sexualidade e Igreja na História do Brasil*, São Paulo, Ed. Loyola.
- MIRANDA, F., 1993, *Estudo demográfico de Alvito S. Pedro e anexa (1567-1989)*, Barcelos.
- NADAL, J., 1984, *La población española (siglos XVI a XX)*, Barcelona, Ariel.
- NAZARETH, J. M., 1975/76, «Aspects regionaux de l'évolution de la fécondité au Portugal (Période 1930-1970)», *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, nº 22, pp. 49 - 98.
- NAZARETH, J. M., 1982, *Explosão Demográfica e Planeamento familiar. Subsídios para uma política de defesa da vida em Portugal*, Lisboa, Ed. Presença.
- NAZARETH, J. M., 1977, «O declínio da fecundidade da população portuguesa», *Análise Social*, 52.
- NOIN, D., 1983, *La transition démographique dans le monde*, Paris, P.U.F.
- NUNES, J.A., 1991, «O declínio da fecundidade em Portugal: um balanço crítico da investigação recente», in LIVI-BACCI (Coordenador),

- Modelos regionales de la transicion demografica en España y Portugal*,
Actas do II Congresso da ADEH, Alicante:13-48.
- PÉREZ MOREDA, V. e REHER, D., 1988, *Demografía Histórica en España*, Madrid, Ed. el Arquero.
- PÉREZ MOREDA, V. e REHER, D.-S., 1986, «Mecanismos demograficos y oscilaciones a largo plazo de la poblacion europeia (1200-1850)», *Revista de História Económica*, Ano IV, 3, pp. 467-490.
- PÉREZ MOREDA, V., 1985, «La evolución demografica española en el siglo XIX (1797-1939): tendencias generales y contrastes regionales», in *La popolazione italiana nell'ottocento*, SIDES, Bolonha.
- PRESSAT, R., 1980, *Démographie statistique*, 2ª edição, Paris, PUF.
- PRESSAT, R., 1985, *Introducción a la Demografía*, Barcelona, Ariel.
- PRESSAT, R., 1973, *L'analyse démographique*, 3ª edição, Paris, PUF.
- RALLU, J.L. e BLUM, A.(edit.), 1991, *Demographie Europeenne*, Vol I, *Analyse par pays*, Paris.
- REHER, D., 1989, «Marital Fertility and its determinants in Rural and Urban Spain, 1887-1930», *Population Studies- A Journal of Demography*, Vol. 43.
- REIS, E., 1987, *The spatial demography of Portugal in the late nineteenth century: evidences from the 1864 and 1878 censures*, tese de doutoramento, Universidade de Southampton, policopiada.
- REIS, E., 1988, «O Tempo e o Quantum do declínio da fecundidade em Portugal: análise dos intervalos entre nascimentos», in *Actas do I Congresso Português de Sociologia*, Lisboa.
- ROCHA, G. P. N., 1991, *Dinâmica populacional dos Açores no século XX. Unidade. Permanência. Diversidade*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores.
- ROWLAND, R., 1984, «Sistemas familiares e padrões demográficos em Portugal», *Ler História*, 3, pp. 13-32.
- SOTO CARMONA, A., 1987, «El cambio demografico: España, 1860-1930», sep. da *Revista Internacional de Sociologia- Segunda época*, vol. 45, fas. 4, Out-Dez., pp. 683-712.
- TAPINOS, G., 1976, *Éléments de démographie*, Paris, Armand Colin.
- VAN DE WALLE, É. e F., 1985, «Allaitement, stérilité et contraception: les opinions jusqu'au XIX^e siècle», *Population*, Paris, Hachette, pp. 99-115.